

---

**Representantes presentes da Câmara Social**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Maiara Resende Ribeiro (PSJC)           | 10. Maria Inez Gomes – suplente                |
| 2. Andrea Sundfeld Penido (PSJC)           | 11. Maria do Rosário Vieira Rodrigues-suplente |
| 3. Isabela Janotta Janson (PSJC)           | 12. Adelino Pezzi                              |
| 4. Wellington Nelson Zancheta (PSJC)       | 13. José Roberto Schmidt (CETESB)              |
| 5. Rodrigo C. da Costa (PSJC) - suplente   | 14. Gustavo Bahia (SABESP)                     |
| 6. Rogério Cyborg (CMSJC)                  | 15. Mario Cezar Barros (SINDUSCON)             |
| 7. Valdecir Ginevro (AMAVILI)              | 16. Lincoln Delgado (GCE)                      |
| 8. Wilson Cabral (ITA) – suplente          | 17. Marcio Andrade (SINDICAT)                  |
| 9. Valdirene A. da Silva (UNIVAP)–suplente | 18. Paulo Roberto Peneluppi (AEASJC)           |
- 

**Demais cidadãos presentes**

- |                                  |                             |
|----------------------------------|-----------------------------|
| 1. Marcelo Pereira Manara (PSJC) | 2. Ronaldo Madureira (PSJC) |
|----------------------------------|-----------------------------|
- 

**Ausências justificadas**

1. Renato Veneziani (Sindicato Rural)
  2. Wellington Cabral (Sindicato dos Trab. Ind. Quím. e Farm.)
  3. Vicente de Moraes Cioffi (SIND. TRAB. IND. QUÍM. E FARM)
  4. Luis Fernando F. Barnabe (SINDICAT) – **Suplente**
  5. Elisa Margarida Kovacs Farinha
  6. Luciano Rodolfo de Moura Machado - **Suplente**
- 

**Ausências não justificadas (Entidades):**

- |               |           |
|---------------|-----------|
| 1. INPE       | 4. DAEE   |
| 2. SINTAEMA   | 5. IPPLAN |
| 3. SINDIPETRO |           |
- 

**Entidades Inexistentes, Suspensas ou que ainda não indicaram representantes:**

- |  |  |
|--|--|
| 1. GAMAVAP                               | 4. Polícia Florestal                     |
| 2. Cons. Intersindical de Saúde do Trab. | 5. Entidades Ambientalistas (3ª repres.) |
| 3. Sindicato dos Engenheiros             | 6. Sindicato dos Trabalhadores Rurais    |
-

**Pauta:**

- 1 - Aprovação da ata de reunião realizada no dia 26/04/17.
  - 2 - Projeto de lei de reestruturação do COMAM.
  - 3 - Programa de Saneamento Rural.
  - 4 - Informe - Projetos da Câmara Técnica de Arborização Urbana.
  - 5 - Informe - Supressão da Figueira situada à Praça São João Bosco.
  - 6 - Informe - Programa Município VerdeAzul.
  - 7 - Informe - Programa de Educação Ambiental (Convênio com AGEVAP).
  - 8 - Informe - Programação da Semana do Meio Ambiente.
- 

**CONSELHEIROS EMPOSSADOS NESTA REUNIÃO:**

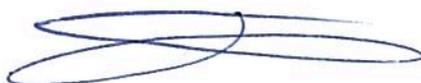
**Prefeitura Municipal de São José dos Campos:**

Titular - Francisco Godoy

Suplente - Gabriela Bettiati Fachini

---

- 1 Em trinta e um de maio de dois mil e dezessete, o Presidente, Sr. Lincoln Delgado (CGE),
- 2 iniciou a presente reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente relatando que
- 3 haverão atrasos e ausências devido a evento da A3P que está sendo realizado no mesmo
- 4 horário no Parque Tecnológico. Agradeceu a presença de todos e passou a tratar e divulgar os
- 5 diversos informes constantes da pauta de reunião. Considerou a ata da reunião realizada em
- 6 26/04/2017, encaminhada por e-mail, como aprovada e fez as considerações de que as
- 7 alterações solicitadas foram acatadas. Inicialmente pediu atenção para a questão envolvendo a
- 8 alteração da Lei de COMAM 4.617/1997, em especial porque o mandato do atual conselho
- 9 vencerá em agosto. Com necessidade de nova eleição. Explicou que a lei do COMAM
- 10 encontra-se desatualizada diante na nova realidade de São José dos Campos. Ela albergava
- 11 institutos de pesquisas nominados como UNIVAP, INPE e ITA. Há que se considerar que a
- 12 participação destes institutos são importantes, porém, como exemplo, não concede espaço à
- 13 UNESP que se instalou recentemente em São José dos Campos e possui curso de Engenharia
- 14 Ambiental. Ainda, expressou que entidades como o Grupo Avançado de Meio Ambiente -
- 15 GAMAVAP consta da Lei, porém não existe e toma espaço de outra entidade que gostaria de
- 16 participar. Relatou as dificuldades enfrentadas no passado para modificação e aprovação da lei
- 17 do COMAM onde sugeriram a construção de Grupo Técnico para lapidar uma proposta e após
- 18 conclusão quase consensual, chegou a ser encaminhado em maio de 2016 proposta por parte
- 19 do executivo à Câmara de Vereadores para discussão do tema. Sugeriu e consultou os
- 20 participantes do Grupo de trabalho, no sentido de reavaliar essa revisão as alterações da Lei
- 21 devido o tempo que se passou e após essa reanálise apresentassem em definitivo a Câmara,
- 22 oportunidade que solicitariam atenção dos senhores vereadores para a questão. Assim,
- 23 solicitou para que os Conselheiros formassem uma Câmara Técnica, realizassem algumas
- 24 reuniões, para apresentação de proposta de mudança já no final do mês de junho de 2017,
- 25 antes do recesso. Solicitou ao Vereador Cyborg atenção ao projeto que expõe a revisão atual
- 26 da proposta da Lei defendendo a permanência da Câmara Municipal dentro do Conselho após
- 27 aval da consultoria legislativa da Câmara. Após, concedeu a palavra. PAULO PENELUPPI
- 28 (AEA/SJC) questionou se a proposta seria apenas para a composição da Câmara Social e se o
- 29 Conselho permaneceria consultivo. LINCOLN DELGADO (CGE) respondeu ao questionamento



30 no sentido de que seria tratada a composição do Conselho e eventualmente alguma atribuição  
31 que por ventura necessite de modificação. PAULO PENELUPPI (AEA/SJC) relatou que houve  
32 tentativa de transformação de conselho consultivo para deliberativo e, na época, véspera de  
33 eleição, não se confirmou. Novamente, em véspera de eleição pretende-se alterar a lei.  
34 Entende que este não seria o modelo ideal e sugeriu estudo comparativo com Conselho de  
35 pelo menos outras dez cidades com o porte igual de São José dos Campos. Questionou se  
36 realmente seria interessante realizar esta mudança antes de novas eleições ou deveríamos  
37 aguardá-la, pois haveria um mandato inteiro para discussão do assunto. LINCOLN DELGADO  
38 (CGE) apresentou ofício protocolado pela OAB pleiteando sua manutenção no Conselho de  
39 forma destacada e concedeu a palavra a Dra. Maria do Rosário (ZAIA) que relatou a  
40 importância da permanência da OAB no Conselho, inclusive chancelado por meio de seu  
41 presidente, Dr. Rodrigo. ROGÉRIO CYBORG (CMSJC). Narrou todos os problemas  
42 enfrentados que dificultou a aprovação da antiga proposta, especialmente no tocante as  
43 emendas realizadas e às divergências na composição. Entende que não há necessidade de  
44 elaborar a proposta apressadamente e manifestou a importância da presença da OAB no  
45 Conselho. MARIA INEZ (CIESP) Consultou ao Conselho a possibilidade de participar da  
46 Câmara Técnica para auxiliar na reavaliação da legislação. LINCOLN DELGADO (CGE)  
47 repassou os nomes dos representantes da Câmara Técnica: Maria Inez da CIESP, Fernanda  
48 da OAB, Wilson Cabral do ITA, Valdecir da Sociedade Amigos de Bairro do Vista Linda e  
49 Lincoln Delgado representando entidades ambientalistas. VALDECIR (AMAVILE) perguntou se  
50 o executivo já foi questionado acerca da realização de licenciamento ambiental, pois o COMAM  
51 poderia ser deliberativo. LINCOLN DELGADO (CGE) sobre o licenciamento será concedida a  
52 palavra ao Secretário, porém antes fez alguns apontamentos acerca da alteração legislativa.  
53 Expressou que se trata da quarta tentativa de alteração da lei e sempre haverá descontentes  
54 exemplificando conselhos com ausência de instituições como a OAB e Associação de  
55 Engenheiros e Arquitetos. Questionou, porque carimbar estas entidades em detrimento de  
56 outras. Relatou outros exemplos com outras entidades, porém reforçou a necessidade de abrir  
57 espaço para todas as entidades que tenham interesse. Em estudo comparativo com outros  
58 Conselhos municipais, observa-se que são enxutos e não nominados. Alertou que esta é uma  
59 opinião pessoal. Entende que o momento de ampliar o debate deveria ser em uma Câmara  
60 Técnica. E que após essas conclusões o Conselho decide se apresenta ou não o projeto aos  
61 Vereadores. Passou a palavra para que o Secretário se manifeste acerca do licenciamento  
62 municipal. MARCELO MANARA (SEURBS) saudou a todos informando que estava no evento  
63 A3P, realizado no Parque da Cidade que trata de compras sustentáveis com participação de  
64 mais de quinze municípios e instituições. Pretende alavancar a A3P na Prefeitura Municipal  
65 promovendo compras de equipamentos, serviços e inovações em sustentabilidade. No tocante  
66 ao licenciamento ambiental relatou que não se encontra pacificado qual seria o melhor  
67 momento. Encontra-se no Congresso, em Brasília, grande discussão acerca do marco  
68 regulatório do licenciamento ambiental no país. Entende como necessária a municipalização do  
69 licenciamento, porém há que se estudar qual seria o melhor momento estratégico tendo em  
70 vista o regramento federal. Em relação à alteração da Lei do COMAM manifestou-se pela  
71 necessidade de modernização, especialmente no tocante a sua composição, visto que muitas  
72 instituições desejam participar do COMAM e não há espaço. Ressaltando que entende  
73 favorável à modernização da lei. WILSON CABRAL (ITA) Chamou atenção que no último  
74 projeto enviado à Câmara gerou um conflito interno. Apesar de legítimo, algumas entidades  
75 foram à Câmara pedir emendas e se isso acontecer novamente será prejudicial para  
76 aprovação. Estas questões deveriam ser levadas para discussão interna das entidades.  
77 Ressaltou experiências em que o representado simplesmente não tinha vontade de  
78 participação e outros que gostariam de participar não puderam. Houve essa discussão  
79 internamente e o ITA compreendeu que não deveria ter uma vaga exclusiva, pois isso seria  
80 antidemocrático e porque há outras frentes de ensino e pesquisas. Evidente que quem já  
81 participa deveria ter prerrogativas para continuar participando. Fez apelo para que a questão  
82 seja pacificada no COMAM para apresentação de projeto consensual à Câmara. LINCOLN  
83 DELGADO (CGE) Relatou exemplo que no Comitê de Bacias o titular e o suplente não são

84 necessariamente das mesmas entidades. Como exemplo citou que em um primeiro ano uma  
85 entidade é titular e a outra suplente, havendo inversão no ano seguinte. Entende que a questão  
86 encontra-se superada e poderia ser trabalhado isso com cuidado dentro da câmara técnica  
87 trazendo em junho uma proposta que seja o mais consensual possível, dentro de amplo  
88 debate, para que seja possível levar à Câmara algo que seja o desejo da sociedade civil. Em  
89 relação aos informes, expõe a necessidade da discussão na câmara técnica, junto com a EDP  
90 Bandeirante, do planejamento de arborização urbana visando melhorar a qualidade da  
91 arborização e das podas, pois, são quinze toneladas de resíduos por mês que a EDP leva para  
92 o aterro. Há cerca de duas mil e quinhentas árvores em risco de queda e cerca de dezesseis  
93 mil árvores com alguma possibilidade de contato com a fiação. Citou que na maioria dos  
94 pedidos de corte de árvores a conclusão é de que houve plantio de árvore errada no local  
95 errado. Em relação ao informa da supressão das figueiras, em especial da Praça João  
96 Guilhermino, o corte encontra-se bloqueado a pedido do Ministério Público. Há três laudos  
97 técnicos com avaliação da figueira e ela está condenada por fungos em suas raízes. A cidade  
98 foi crescendo, as ruas foram se expandindo e as figueiras foram se espremendo em pequenas  
99 praças e hoje extrapola inclusive em seus limites. Passou a palavra para Godoy, responsável  
100 pela manutenção das árvores, para que se apresentasse. FRANCISCO GODOY (PSJC-SMC)  
101 saudou a todos e se apresentou como engenheiro agrônomo e responsável pela arborização  
102 de áreas verdes da Secretaria de Manutenção da Cidade. Relatou que tem consciência da  
103 importância das árvores tombadas e sua imunidade de corte, assim como possui a relação  
104 para identificar e atualizar o status dessas 309 árvores e suas condições de saúde. MARCELO  
105 MANARA (PSJC) manifestou-se acerca da possibilidade de retirar mudas da figueira para  
106 plantar em local adequado como o Parque da Cidade para continuidade de sua história.  
107 MARCIO ANDRADE (SINDICT) Questionou se os laudos foram encaminhados por e-mail aos  
108 conselheiros porque acredita que não recebeu e se trata de importante informação para se  
109 posicionar. LINCOLN DELGADO (CGE) Recordou que foi enviado um link a respeito desse  
110 assunto, inclusive com uma manifestação do Cláudio César, que é o assessor de imprensa da  
111 Secretaria de Manutenção da Cidade, mas se comprometeu em reenviar os três laudos,  
112 solicitando à Secretaria Executiva para que encaminhe os laudos a respeito do assunto.  
113 MARCIO ANDRADE (SINDICAT) Questionou se a Câmara emitiria algum parecer e o assunto  
114 retornaria ao plenário para posicionamento. LINCOLN DELGADO (CGE) Explicou que o  
115 Executivo está conversando com o Ministério Público a respeito do assunto, trata-se de  
116 questão superada tecnicamente, pois o corte dela ocorrerá. As condições para o corte e para  
117 compensação estão sendo trabalhadas entre o Executivo e o Ministério Público. MARCELO  
118 MANARA (PSJC) Esclareceu que esta questão não decorre de um inquérito instaurado, mas  
119 tão somente uma solicitação da Promotora Dra. Larissa. Ela entrou em contato solicitando o  
120 adiamento por uma semana porque a demanda que havia chegado ao Ministério Público  
121 estava bastante intensa e seria necessário responder aos representantes da sociedade que a  
122 procuraram. LINCOLN DELGADO (CGE) Indagou se haveria mais questionamentos e passou  
123 a tratar de resíduos sólidos. Relatou visita realizada em recicladora de entulhos de gesso,  
124 dentre outros materiais e alertou sobre a necessidade do Grupo de Trabalho em se reunir com  
125 a municipalidade para definição do plano municipal de resíduos. Acionou a Secretaria de Obras  
126 a respeito do Conselho de Saneamento e obteve resposta de que atualmente encontra-se sob  
127 a responsabilidade da Secretaria de Manutenção da Cidade. GABRIELA FACHINI (PSJC-  
128 SMC) Saudou a todos e se apresentou como Diretora Administrativa na Secretaria de  
129 Manutenção da Cidade. Relatou que o Secretário solicitou a reavaliação e reativação do  
130 Conselho de Saneamento Básico assim como da agência reguladora dos resíduos sólidos.  
131 LINCOLN DELGADO (CGE) Citou que continuará o debate de resíduos e saneamento com o  
132 Conselho de Meio Ambiente e com o Conselho de Saneamento. Alertou acerca da  
133 necessidade de atualização do SIMISA para que a população possa ter acesso a essas  
134 informações. Levantou a possibilidade dos valores das multas serem repassados para o  
135 município ao invés de repassar ao Estado como vem ocorrendo. Lembrou que nas últimas  
136 reuniões discutiu-se muito sobre os recursos da SABESP que estariam sendo repassados para  
137 a URBAM e não para o município. Não houve uma explicação clara na gestão passada, sobre

138 a transparência com relação aos recursos que são repassados da SABESP para a prefeitura e  
139 para URBAM. Solicitou à Gabriela para que continue com a reinstalação do Conselho  
140 destacando que esses debates são interessantes e importantes dentro do COMAM. WILSON  
141 CABRAL (ITA) Relatou que no contrato com a SABESP, onde o município de São José dos  
142 Campos que é um dos principais concessionários do Estado, no passado detinha um volume de  
143 ações da SABESP que permitiam inclusive a indicação de conselheiros no Conselho de  
144 administração. Trata-se de algo que pode ser retomado atuando junto à SABESP para que não  
145 haja simples conformismo com as determinações da ARSESP. A ARSESP foi criada pra  
146 atender aos interesses da SABESP, e desta forma haveria uma série questões que a SABESP  
147 poderia atender e não atende por falta de ação do conselho e participação da sociedade de  
148 uma forma mais contundente. Solicitou compromisso para que na primeira reunião do  
149 Conselho de Saneamento se apresentasse uma versão atualizada do SIMISA. Entende que o  
150 SIMISA é uma fonte de dados fantástica e que deve ser levada a sério, e nunca foi. LINCOLN  
151 DELGADO (CGE) Iniciou outro assunto aproveitando a presença do vereador Cyborg para  
152 constituição de uma comissão parlamentar e discussão acerca da lei de mananciais do Jaguari.  
153 Informou que este assunto preocupa muito a Câmara Municipal e pediram audiência com o  
154 secretário de Recursos Hídricos do Estado. Solicitou que algumas pessoas mais técnicas do  
155 Conselho como Wilson e Delma pudessem compor junto com os vereadores essa comissão  
156 para discutir de modo mais aprofundado a questão do Jaguari. CYBORG (VEREADOR)  
157 Informou que atualmente compõe a comissão junto dos vereadores Zé Dimas, Renata, Wagner  
158 Balieiro, Esdras e Lino Bispo. Agradeceu o perito ambiental Vinicius Correa, que tem  
159 colaborado muito com a comissão, pela bela apresentação e estudos. Solicitou ao que ajude  
160 por meio da criação de grupo técnico. Solicitou também ao Secretário Manara a contribuição da  
161 prefeitura com um técnico na área de planejamento e outro na área do meio ambiente; lembrou  
162 acerca da necessidade de discussão referente à São Francisco Xavier e que será convocada  
163 Audiência Pública para a participação de toda população. MARCELO MANARA (PSJC)  
164 Lembrou que já abordou o assunto e alertou sobre os prazos lembrando que e há um caminho  
165 a percorrer dentro do próprio comitê de bacia. Participou de quatro reuniões temáticas na  
166 Câmara de Igaratá, da equipe técnica que fez a estruturação do PDPA e preocupa-se com os  
167 reflexos que em momento algum foi posicionado a época dos debates e das audiências  
168 públicas da transposição das águas para São Paulo e coloca a SEURBS à disposição. PAULO  
169 PENELUPPI (AEASJC) Relatou que foram encaminhados alguns ofícios com demandas que  
170 surgiram na câmara técnica e gostaria de obter informações do estágio em que se encontram.  
171 Em relação à Câmara Técnica de resíduos sólidos informou que não temos informações acerca  
172 do estudo do plano de execução para vinte anos e as metas estão atrasadas. Há indicação da  
173 Câmara Técnica para que a nova administração analise e faça um balanço do plano com  
174 eventuais propostas para sair do estágio atual, apontando quem ficará à frente desses  
175 assuntos nos respectivos órgãos da prefeitura e URBAM. LINCOLN DELGADO (CGE)  
176 Esclareceu que houve andamento dos ofícios e a necessidade das reuniões da Câmara  
177 Técnica com a presença de representantes da URBAM. Passou então para última pauta, o  
178 programa de saneamento rural. Apresentou Ronaldo Madureira especialista em gestão  
179 ambiental e mestre em planejamento energético, ex-Secretário de Meio Ambiente na cidade de  
180 Cruzeiro no Vale do Paraíba. MARCELO PEREIRA MANARA (PSJC) Ressaltou que o  
181 saneamento rural está sendo lançado como um programa oficial do município e tratado como  
182 uma das metas mais importantes para a área rural, alinhado com a discussão do manancial do  
183 Paraíba do Sul e Jaguari. Informou ao COMAM que medidas compensatórias estão sendo  
184 canalizadas para o Fundo Municipal de Meio Ambiente para que o Conselho se manifeste se  
185 concorda com o procedimento. LINCOLN DELGADO (CGE) Relatou que solicitou ao Teles que  
186 enviasse um ofício ao executivo a respeito da votação realizada pela Câmara pra abrigar o  
187 ICMS ecológico no Fundo de Serviços Ecossistêmicos. Isso foi sancionado pelo prefeito  
188 Carlinhos da gestão passada, mas não se sabe se realmente esse recurso está indo para o  
189 fundo ou para o caixa único. A lei do repasse já existe e por isso solicitou-se o pedido por ofício  
190 para esclarecimento da questão que apensar de não ser um valor vultoso é muito interessante  
191 para trabalharmos. Trata-se de quatrocentos a quinhentos mil reais anuais. WILSON CABRAL

192 (ITA) Questionou a questão de transparência desses fundos entendendo que deveria ser  
193 disponibilizada na internet com informações acerca do saldo e projetos. LINCOLN DELGADO  
194 (CGE) Explicou que no mês de novembro de 2017 houve um balanço geral feito pelo Ricardo  
195 Novaes na última reunião do conselho com apresentação da conta. Relatou que existe um  
196 grupo de trabalho que se relaciona com essa temática e que alguns membros estão presentes  
197 nesta reunião. Salientou-se que o Secretário pudesse trazer as informações sobre o ICMS  
198 ecológico e um extrato atualizado dos dois fundos, assim como os recursos que estão sendo  
199 alocados. WILSON CABRAL (ITA) Esclareceu que a informação tem que ser transparente para  
200 toda a população e não simplesmente para o COMAM, por meio do site da prefeitura.  
201 MARCELO MANARA (PSJC) Concordou com a necessidade da publicidade, porém entende  
202 que primeiro deve ser realizando um levantamento junto com a câmara técnica para depois  
203 levar a plenária para análise do balanço. Pacificado na plenária, deverá ser publicado.  
204 Ressaltou os eventos da semana do Meio Ambiente. Sobre a exposição do Ronaldo Madureira,  
205 relatou no último sábado em São Francisco Xavier, realizou a apresentação do curso de modo  
206 teórico e prático; houve abertura de uma segunda turma para o próximo sábado devido ao  
207 grande interesse da população. Informou que haverá um encontro entre *start ups* de produtos  
208 tecnológicos de sustentabilidade e em São José dos Campos com organizações sociais,  
209 ONGS, OSCIPS, que desenvolvem projetos nessa área. Objetiva-se tratar de vários temas e  
210 diálogos de sustentabilidade, inovações e oportunidades, assim como do saneamento rural.  
211 Apresentou alguns participantes: Leonardo Magno que vai falar do Lixo Zero; Regiane Rossi  
212 que tratará de novas tecnologias pra eliminar lixo e resíduos; Vitor Tosetto tratará de  
213 construções sustentáveis; Joel de Oliveira tecnologias abordará o tema saneamento e  
214 tratamento de água; Deputado Estadual Padre Afonso versará sobre biomas brasileiros; e  
215 Cristiano Ferrari abordará o desenvolvimento sustentável e as cidades. RONALDO  
216 MADUREIRA (PSJC) Cumprimentou a todos. Relatou que aconteceu a primeira oficina em São  
217 Francisco Xavier e no próximo sábado acontecerá a segunda. No panfleto da primeira oficina  
218 em São Francisco Xavier estava previsto para vinte pessoas e acabaram aparecendo quarenta,  
219 mas todos couberam lá na biblioteca. Falou-se da questão sustentável que são coisas  
220 reaproveitáveis que perduram de geração para geração sem comprometer as futuras gerações.  
221 Abordaram-se diversos temas como impactos locais e globais, especialmente a questão do  
222 saneamento básico e a situação que hoje nós encontramos em todos os lugares; alertando que  
223 sobre os sistemas totalmente inadequados de exposição de esgoto em zonas rurais e os  
224 problemas de contaminação de lençol freático. Desta forma passou a explanar os problemas  
225 de saneamento e esgoto no Brasil. Explicou que a cidade Varginha recebeu prêmio da  
226 Fundação Banco do Brasil com tecnologia social com a implantação do sistema proposto neste  
227 curso ministrado em São Francisco Xavier. A Secretaria do Meio Ambiente analisou a  
228 tecnologia e referendaram a redução de impactos ambientais. Explicou que nas residências  
229 existem dois tipos de águas: a cinza que é água derivada de chuveiro, de máquina de lavar  
230 roupa, de tanque e pias e dentre outros que são mais fáceis de tratar e o custo é mais barato; e  
231 temos a água negra que são: águas derivadas de esgotos com tratamento mais complexo e  
232 mais caro; na realidade, todas estas águas vão direto para os rios. Passou a explanar sobre o  
233 funcionamento do sistema de saneamento proposto relatando que existe tratamento de  
234 filtragem anaeróbico ao invés de usar caixas d'água, como da EMBRAPA, e desta forma as  
235 pessoas usam concreto. Em suma explicou que o sistema é formado por três caixas onde na  
236 primeira haverá formação do lodo e se move para segunda caixa devido às descargas  
237 transformando as bactérias em ao final um biofertilizante. Comentou acerca da manutenção do  
238 sistema. Ilustrou o sistema e as explicações por meio de ilustrações. Salientou que não haverá  
239 problemas de resíduos ou cheiro ruim, pois o equipamento utiliza serragem e ficará tampado.  
240 Elucidou que o TEVAP é o tanque de evapotranspiração, encontrado na internet com outros  
241 nomes como bacia de evapotranspiração, canteiro de bananeiras, canteiro biosséptico, fossa  
242 biodigestora com câmara única. Pode ser implantado no quintal e deverá observar os cuidados  
243 necessários para não contaminar o lençol freático. Novamente Ilustrou a explicação do  
244 funcionamento do sistema assim como dos materiais necessários. Deve utilizar-se de dois  
245 metros cúbicos por pessoa na residência, para estimativa do tamanho necessário. Com relação

246 aos custos, estimou os gastos em média de aproximadamente setecentos reais. Lembrou que  
247 não pode jogar óleo de cozinha onde se faz coleta de água cinza ou negra porque atrapalha  
248 esses sistemas biológicos de tratamento, salientando que é importante estar implantado uma  
249 coleta de óleo de cozinha pra evitar o comprometimento da tecnologia. MARCELO MANARA  
250 (PSJC) Passou a palavra ao Prefeito que compareceu à reunião. FELÍCIO HAMUTH  
251 (PREFEITO) Agradeceu a presença de todos elogiando os conselheiros que estão tornando o  
252 COMAM cada vez mais atuante. Relatou os cuidados referentes à questão envolvendo a  
253 supressão da figueira e destacou a abertura da semana do meio ambiente, com a A3P.  
254 RONALDO MADUREIRA (PSJC) Passou a citar casos de educação ambiental e a necessidade  
255 de implantação ilustrando com imagens. LINCOLN DELGADO (CGE) Agradeceu a  
256 apresentação do Ronaldo Madureira e possibilitou que os conselheiros realizassem perguntas  
257 a respeito do sistema de saneamento. WILSON CABRAL (ITA) – Questionou se além das  
258 águas dos vasos sanitários as águas do chuveiro e da pia poderiam fazer parte deste sistema.  
259 RONALDO MADUREIRA (PSJC) Respondeu que deve ser separada a água cinza, ou seja, a  
260 água do chuveiro, da máquina de lavar e das pias, encaminhando-as para o ciclo vegetal.  
261 Explicou como funcionaria o sistema de modo separado não devendo misturar a água negra  
262 com a cinzenta. WILSON CABRAL (ITA) – Questionou como proceder no caso do  
263 encanamento da água do banheiro não estar separado. RONALDO MADUREIRA (PSJC)  
264 Esclareceu que se deve interromper o fluxo de água naquele cano que está ligado ao esgoto e  
265 abrir outra passagem de água; sendo necessário realizar uma pequena reforma na saída da  
266 privada pra evitar a contaminação das águas. RENATO LORSA (CIDADÃO DE SÃO  
267 FRANCISCO XAVIER). Cumprimentou a todos e reconheceu a importância dessas fossas  
268 entendendo que as universidades precisam aplicar mais pesquisas no assunto e na tecnologia.  
269 Questionou o funcionamento em terrenos próximos à APP. RONALDO MADUREIRA (PSJC)  
270 Respondeu que o tanque deve ser totalmente impermeabilizado nos fundos e nas laterais  
271 evitando vazamento, mas deve-se adotar uma distância preventiva. GUSTAVO BAHIA  
272 (SABESP) Gostaria de saber como é o manejo da bananeira e o funcionamento no caso de  
273 regiões com índice pluviométrico muito alto. RONALDO MADUREIRA (PSJC) Respondeu que  
274 os tanques costumam ter uma margem de folga para evitar o transbordamento e instala-se um  
275 ladrão para um ciclo de bananeiras retendo o problema como forma de emergência, sendo  
276 necessário deixar espaço de isolamento. Caso o inverno seja muito rigoroso a planta não  
277 conseguirá bombear tanto e será necessário aumentar um pouco a quantidade de bananeiras.  
278 Em relação ao manejo da bananeira ela tem além da fruta o fornecimento de biomassa rica em  
279 água que é muito interessante para a agroecologia usada nos canteiros. LINCOLN DELGADO  
280 (CGE) Mencionou que a zona rural atualmente não é mais como antigamente, pois se trata de  
281 uma zona rural-urbana muito grande e com grandes dificuldades em saneamento. Apontou a  
282 necessidade de realização de convênios para atender alguns pontos do Município, levando o  
283 saneamento para a zona rural em São Francisco Xavier, como o Pocinho, recém-ocupado com  
284 poucas casas. Sugere que ao COMAM, seja permitido nos próximos meses, utilizar verbas do  
285 FUMCAM e FMSE para aplicação fomentos de projetos. Destacou as possibilidades de adquirir  
286 recursos e a necessidade de fazer um saneamento na zona rural. Entende que o  
287 desmatamento na nossa região tem sido pequeno e houve incremento grande da vegetação  
288 arbórea; no entanto, nesta mesma velocidade do incremento da vegetação arbórea, houve  
289 invasão da zona rural, levando em consequência a degradação do saneamento. PAULO  
290 PENELUPPI (AEASJC) Convidou a todos para evento a ser realizado na semana do meio  
291 ambiente sobre mudanças climáticas no dia oito de junho, às dezenove horas, pelo Dr. Lincoln  
292 Alves do INPE, no auditório da Faculdade Católica de São José dos Campos, antigo seminário.  
293 LINCOLN DELGADO (CGE) Nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos  
294 presentes, encerrou a reunião e eu, Teles Eduardo Pivetta lavrei a presente ata.

Lincoln Delgado  
Presidente

  
Teles Eduardo Pivetta  
Secretário Executivo

